

# 7 CHAMADOS À AÇÃO

## #1

**Garantir abordagens participativas, integradas e baseadas em direitos humanos para a governança em todos os níveis, de modo a abordar as desigualdades estruturais nos sistemas alimentares.** Construir processos e plataformas políticas com base nos princípios da transparência, participação inclusiva e poder compartilhado. Isso irá garantir que as políticas sejam orientadas não apenas pelas evidências, mas também pela ética e pelo interesse público.

## #2

**Aumentar a pesquisa em abordagens baseadas em sistemas alimentares, com ênfase em objetivos integrados e indivisíveis de ecologia, de saúde, sociais e econômicos.** Reconhecer e aprender com diversos sistemas e formas de conhecimento, incluindo Povos Indígenas e agricultores que há muito reconhecem a interligação entre os nossos sistemas alimentares, a saúde e o planeta. Esta compreensão holística, transdisciplinar e inclusiva do impacto dos sistemas alimentares é essencial para o bem público.

## #3

**Reconhecer os impactos ambientais, sociais e de saúde das políticas e práticas dos sistemas alimentares e usar esse entendimento para informar a tomada de decisões.** Integrar e fortalecer a Contabilização dos Custos Reais e outras ferramentas e metodologias de avaliação de impacto para mitigar riscos e aumentar a responsabilização. Estas abordagens irão fornecer uma orientação transparente e consistente para os governos, investidores, agricultores, empresas e outras partes interessadas.

## #4

**Direcionar o financiamento do setor público e a política fiscal para formas regenerativas e ecologicamente benéficas de agricultura, alimentos saudáveis e meios de subsistência e comunidades resilientes.** Romper com programas prejudiciais de subsídios e incentivos, iniciando reformas bem planejadas e duradouras através de colaborações entre governos, agricultores, bancos e empresas, pesquisadores e outras partes interessadas.

## #5

**Desbloquear oportunidades de investimento em sistemas alimentares sustentáveis e alinhar financiadores privados, filantrópicos e multilaterais com atores nacionais para maior impacto.** Redirecionar os fluxos financeiros da filantropia, investidores, bancos e agências doadoras de práticas prejudiciais para iniciativas que incentivem, acelerem e ampliem as transformações dos sistemas alimentares.

## #6

**Criar ambientes propícios para o florescimento de abordagens agroecológicas e regenerativas.** Garantir uma abordagem de sistemas que favoreça um forte papel das instituições locais, comunidades, pequenos agricultores, povos indígenas e mulheres, a proteção e expansão dos direitos, coerência entre políticas e coordenação da governança, mobilização de pesquisa, além de investimento e financiamento para infraestruturas (como estradas, escolas, mercados).

## #7

**Promover dietas nutritivas e integrais, apoiadas por uma produção alimentar diversificada e sustentável, adaptada aos ecossistemas locais e aos contextos socioculturais.** Criar ambientes alimentares positivos que forneçam acesso equitativo à nutrição, orientação dietética e controle sobre alimentos ultraprocessados. Estas abordagens apoiarão mudanças dietéticas para alimentos integrais, de proteínas animais, aquáticas e de origem vegetal minimamente processadas, particularmente onde o consumo de carnes e gordura saturada é alto ou aumenta em níveis que colocam em risco a saúde humana e/ou planetária.